



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640109 - SP (2021/0013104-5)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : ARIIVALDO SERGIO MOREIRA VALFORTE E OUTRO  
**ADVOGADOS** : ARIIVALDO SERGIO MOREIRA VALFORTE - SP299559  
RUBENS APARECIDO MARQUES DA SILVA - SP393919  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FELIPE CALDARELLI AFONSO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FELIPE CALDARELLI AFONSO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 0000037-09.2017.8.26.0559).

O paciente, em razão do provimento do apelo do *parquet*, foi condenado à pena de "06 (seis) anos de reclusão, em regime prisional inicial fechado, [...] por incurso nas sanções do artigo 33, caput, da Lei 11.343/06" (fl. 23).

O impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, por entender que a reforma da sentença para desconsiderar o paciente como incurso no art. 28 da Lei de Tóxicos e enquadrá-lo no art. 33 do mesmo normativo baseou-se "tão somente na gravidade abstrata da conduta e na opinião pessoal do julgador, utilizando de sofismas para arrazoar o édito condenatório" (fl. 5).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para reconhecimento da confissão e consequente readequação da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente prova da alegada flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do voto do relator:

*"Não há dúvida quanto ao fato de que a cocaína apreendida, como expressivo peso líquido de 93.25g, pertencia ao acusado, o que foi, inclusive, repita-se, por ele mesmo confirmado, sendo que tal quantidade, conforme a experiência forense mostra, se prestaria a*

*confeção de aproximadamente 150 porções desse tóxico potentíssimo, o que, por si só, não enseja característica de mero usuário, observando-se, demais, que não parece crível que ele fosse carregar consigo essa quantidade expressiva de droga, assumindo inclusive o risco de ser abordado pela polícia, como aliás ocorreu, mormente já tendo sido condenado, no passado, pela prática de narcotráfico (fl. 100). Demais, não provou que o dinheiro que alegou ter despendido na aquisição da droga fosse proveniente da venda de automóvel, a teor do que dispõe o art. 156, do CPP. Demais, frisou que passava por dificuldade financeira, e que estava desempregado, o que reforça a convicção quanto ao exercício do narcotráfico."*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que o acolhimento da tese de configuração do delito previsto no art. 28 da Lei n. 11.343/2006 requer análise mais apurada dos autos, o que escapa do campo de atuação da liminar em plantão.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência